



Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho
(Organizadores).



Serviço Social e educação: desafios do verbo esperançar

**Adriana Freire Pereira Férriz,
Carlos Felipe Nunes Moreira,
Eliana Canteiro Bolorino Martins,
Ney Luiz Teixeira de Almeida e
Cristiano Costa de Carvalho**
(Organizadores).



GEPESSE
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre
Serviço Social na área da Educação

unesp



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

EDITORIA
IBERO-AMERICANA

FAPESP

CAPES

CNPq
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

S514

Serviço social e educação [recurso eletrônico] : desafios do verbo esperar /
organização Adriana Freire Pereira Férriz ... [et al.]. - 1. ed. - Bauru [SP] :
Ibero-Americana de Educação ; Cultura Acadêmica, 2024.
recurso digital ; 10 MB

Formato: epub

Requisitos do sistema: adobe digital editions

Modo de acesso: world wide web

ISBN 978-65-86839-35-7 (recurso eletrônico)

1. Educação - Aspectos sociais - Brasil. 2. Serviço social - Aspectos educacionais.
3. Pesquisa Educacional. 4. Política Educacional. 5. Livros eletrônicos. I. Férriz, Adriana
Freire Pereira.

24-95166

CDD: 379

CDU: 37:364(81)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

14/11/2024 14/11/2024

DOI: 10.47519/EIAE.978-65-86839-35-7

Esta publicação recebeu financiamento: - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior - CAPES - Brasil. PAEP-CAPES - Programa de Apoio a Eventos no País -
Processo: 88881.879611/2023-01; - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e
Tecnológico CNPq - Chamada Universal - 18/2021 - Faixa - Grupos consolidados - Processo
n. 407057/2021-8; - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)
processo n. 2023/10930-7.

As opiniões, hipóteses, conclusões ou recomendações expressas neste material são de respon-
sabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da CAPES, CNPq, FAPESP
e dos PPGSS da UNESP, UERJ e UFBA.



Equipe Técnica

Editoração e organização

Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor

Alexander Vinicius Leite da Silva
Editora Ibero-Americana de Educação
Editor Adjunto Júnior

Déborah Crivellari
Editora Ibero-Americana de Educação
Editora e Revisora

Andressa Ciniciato
Editora Ibero-Americana de Educação
Assistente Editorial

Jonathan Teixeira
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer, Capista e Diagramador

André Luís Cordeiro Lopes
Editora Ibero-Americana de Educação
Designer e Diagramador

André Vitor Gonçalves de Souza (MG)
Identidade Visual

Luma de Alencar Almeida (RJ)
Identidade Visual

Membros do Conselho Editorial

Editor

Dr. José Anderson Santos Cruz
FCLAr/Unesp

Editor Adjunto Jr.

Alexander Vinicius Leite da Silva
Unisagrado

Editores Associados

Arielly Kizzy Cunha
FAAC/Unesp

Carla Gorni
Centro Universitário UBM

Ivan Fortunato
Instituto Federal de São Paulo/Ufscar

Editora de Texto e Revisão

Déborah Crivellari
Unisagrado

Assistente Editorial

Andressa Ciniciato
Unisagrado

Editor Operacional

Flávio Moreira
UFSCar



Comitê Científico

Dra. Adriana Campani
UVA

Dra. Liliane Parreira Tannus Gontijo
UFU

Dr. Alfrâncio Ferreira Dias
UFS

Dra. Maíra Darido da Cunha
FABE

Dra. Ana Paula Santana
UFSC

Prof. Dr. Marcelo Siqueira Maia Vinagre Mocarzel
UCP

Me. Anaisa Alves de Moura
INTA - UNINTA

Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista
UCS

Dr. Ari Raimann
UFG

Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy
FCLAr (Unesp) – UFSCar

Dr. Breyenner R. Oliveira
UFOP

Dra. Marta Furlan de Oliveira
UEL

Me. Caique Fernando da Silva Fistarol
FURB

Dra. Marta Silene Ferreira de Barros
UEL

Dra. Claudia Regina Mosca Giroto
Unesp

Dra. Mirlene Ferreira Macedo Damázio
UFGD

Dra. Cyntia Bailer
FURB

Dr. Osmar Hélio Araújo
UFPB

Dr. Eládio Sebastián Heredero
UFMS

Dra. Rosebelly Nunes Marques
Esalq (USP)

Dra. Elisabete Cerutti
URI

Dra. Sandra Pottmeier
UFSC

Dr. Emerson Augusto de Medeiros
UFERSA

Dr. Sebastião de Souza Lemes
FCLAr (Unesp)

Dr. Fabiano Santos
UFMS

Dra. Shirlei de Souza Corrêa
Uniavan

Dra. Fátima Elisabeth Denari
UFSCar

Dr. Washington Cesar Shoite Nozu
UFGD

Dra. Helen Silveira Jardim de Oliveira
UFRJ

Comitê Internacional

Dra. Iracema Campos Cusati
UPE

Dr. Sidclay Bezerra de Souza
Universidad Católica del Maule

Dra. Kellcia Rezende Souza
UFGD

Dr. João Carlos Relvão Caetano
Universidade Aberta

Dra. Leonor Paniago Rocha
UFJ

Dr. Marc Marie Luc Philippe Jacquinet
Universidade Aberta



NOTAS DO PUBLISHER

Na Editora Ibero-Americana de Educação, nosso compromisso com a excelência se reflete em cada etapa do processo editorial, sempre guiados pela missão de produzir obras que tragam resultados excepcionais e atendam de forma satisfatória tanto aos autores quanto aos leitores. A revisão desta obra foi um processo enriquecedor, que exigiu dedicação, sensibilidade e um olhar atento às complexidades que permeiam o campo da educação.

Este livro não apenas informa, mas também envolve e emociona. Em comparação com edições anteriores, ele representa um marco significativo nos debates sobre o exercício profissional no contexto das políticas educacionais, oferecendo uma nova perspectiva e reafirmando a importância de uma compreensão crítica e contextualizada das dinâmicas educacionais. Esperamos que os argumentos aqui apresentados incentivem o leitor a investir tempo e reflexão, mergulhando em diferentes realidades educacionais que, embora diversas, compartilham questões fundamentais e formam a dinâmica contraditória e transformadora da política educacional contemporânea.

Desejamos que esta obra inspire reflexão e ação, e que continue a promover diálogos produtivos e transformadores sobre a educação em nossa sociedade.

Boa leitura!

José Anderson Santos Cruz
Editor-chefe da Editora Ibero-Americana de Educação



SUMÁRIO

PARTE I - CONFERÊNCIAS DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E VII FÓRUM DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO – GEPESE.....23

Capítulo 1 - TENDÊNCIAS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO E INSERÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA NO BRASIL **24**

*Por: Adriana Freire Pereira Férriz
Eliana Canteiro Bolorino Martins*

Capítulo 2 - O RECONHECIMENTO DE ASSISTENTES SOCIAIS COMO PROFISSIONAIS DA E NA EDUCAÇÃO **42**

Por: Wagner Roberto do Amaral

Capítulo 3 - A ATUALIDADE E A RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR: DIÁLOGOS COM O SERVIÇO SOCIAL **60**

Por: Eblin Farage

Capítulo 4 - ATUALIDADE E RENOVAÇÃO DA EDUCAÇÃO POPULAR NO SERVIÇO SOCIAL: CINCO DESAFIOS NA ESFERA PARTICULAR DO FAZER PEDAGÓGICO **75**

Por: Carlos Felipe Nunes Moreira

Capítulo 5 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM ANGOLA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL **86**

*Por: Amor António Monteiro
Simão João Samba*

Capítulo 6 - EL SISTEMA EDUCATIVO ARGENTINO. EL CASO DE LA PROVINCIA DE BUENOS AIRES: EDUCACIÓN Y TRABAJO SOCIAL **97**

Por: Eliana Grisel Vasquez

Capítulo 7 - LIVROS E COLETÂNEAS LANÇADOS NO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL E IV FÓRUM DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO DO GEPESE (2023) **111**



PARTE II - DIMENSÃO SOCIOEDUCATIVA DO TRABALHO DOS ASSISTENTES SOCIAIS 120

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS PARA A PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL DO SÉCULO XXI **121**

Por: Rafael Gonçalves dos Santos

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Yukari Yamauchi Moraes

Capítulo 2 - EDUCAÇÃO EMANCIPATÓRIA E SERVIÇO SOCIAL **138**

Por: Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana

Capítulo 3 - O ENTRELACE ENTRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PE-DAGÓGICA E O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SERVIÇO SOCIAL **157**

Por: Williana Angelo

Capítulo 4 - PAULO FREIRE E OSSABERES NECESSÁRIOS: POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS **177**

Por: Fernanda Andrade Garcia

Gustavo José de Toledo Pedroso

Capítulo 5 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS NA CIDADE DE GOIÁS: CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NA LUTA ANTIRRACISTA **192**

Por: Edgar Antônio Nery Alves Camelo

George Francisco Ceolin

Tereza Cristina Pires Favaro

Capítulo 6 - A TRAJETÓRIA DO NÚCLEO DE MAPEAMENTO E ARTICULAÇÃO EM RUPTURA - O SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA **209**

Por: Aline Miranda Cardoso

Arlene Vieira Trindade

Jéssica Oliveira Monteiro

Patricia Lima do Nascimento



PARTE III - EDUCAÇÃO BÁSICA.....222

Capítulo 1 - SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ESTUDO INTER-DISCIPLINAR **223**

Por: Elaine Cristina Estevam

Maria José de Oliveira Lima

Capítulo 2 - QUEM APRENDE COM FOME? POSSIBILIDADE DE ARTICULAÇÃO COM A REDE ATRAVÉS DO/A ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO **237**

Por: Eduardo Lima

Maria Fernanda Avila Coffi

Ewerton da Silva Ferreira

Capítulo 3 - ASSISTENTE SOCIAL E A INTERLOCUÇÃO COM A CATEGORIA DOCENTE NA EDUCAÇÃO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA **252**

Por: Amanda Bersacula

Zoia Prestes

Capítulo 4 - EDUCAÇÃO E ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS: UM OLHAR PARA A REALIDADE LONDRINENSE DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA (COVID-19) **270**

Por: Maria Gabriela Pereira da Silva

Ana Patrícia Pires Nalesso

Capítulo 5 - O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE – MG **286**

Por: Cristiano Costa de Carvalho

Eliana Bolorino Canteiro Martins

Eunice Paulo Chichava

Juliana Viegas Guimarães



Capítulo 6 - O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA DE CAMPINA GRANDE COMO EXPRESSÃO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO NO ESTADO DA PARAÍBA **304**

*Por: André Monteiro Moraes
Edna Medeiros do Nascimento
Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha
Maria Dolores Melo do Nascimento
Maria Noalda Ramalho*

PARTE IV - EDUCAÇÃO ESPECIAL, EJA E MOVIMENTOS SOCIAIS EM EDUCAÇÃO321

Capítulo 1 - EDUCAÇÃO COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO LOCAL PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES REFUGIADOS **322**

*Por: Flávia Pacheco Sanchez
Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
Ariane Rego Paiva*

Capítulo 2 - A PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA MULHERES NEGRAS E A INCLUSÃO DIGITAL COMO FERRAMENTA EMANCIPATÓRIA **339**

*Por: Ana Laura Batista Marques
Maria Yumi Buzinelli Inaba*

Capítulo 3 - DIÁLOGOS SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO SUPERIOR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UM PROJETO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA **354**

*Por: Fábila Halana Fonseca Rodrigues Pita
Maria Francisca Máximo Dantas
Thélia Priscilla Paiva de Azevedo*



Capítulo 4 - EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E EDUCAÇÃO PERMANENTE: A CONTRIBUIÇÃO DO NÚCLEO DE SISTEMATIZAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (NSEPP-UERJ) **368**

Por: Ney Luiz Teixeira de Almeida

Natália Ibiapino Proença

Edilene Rodrigues de Santana Silva

Brenda do Nascimento Gama

Yasmin Oliveira Burgos

Capítulo 5 - RACISMO E EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA: OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E A INFÂNCIA E JUVENTUDE NEGRAS NO BRASIL **384**

Por: Adeildo Vila Nova

Capítulo 6 - EDUCAÇÃO DO CAMPO: A RESISTÊNCIA EM PERMANENTE CONSTRUÇÃO **399**

Por: Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Marize Rauber Engelbrecht

Vantuir Trevisol

PARTE V - EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 416

Capítulo 1 - PERCURSO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: DA GÊNESE ATÉ A CRIAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA **417**

Por: Yara Dias Fernandes

Capítulo 2 - POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: A SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL **434**

Por: Lilian Aparecida Carneiro Oliveira

Lilian Perdigão Caixêta Reis

Emmanuella Aparecida Miranda



Capítulo 3 - AS TENDÊNCIAS DO TRABALHO NA POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO: AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E SUA RELAÇÃO COM A FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTATAL **447**

Por: Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira

Capítulo 4 - PAULO FREIRE: O INSPIRADOR DO ASSISTENTE SOCIAL QUE TRABALHA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA **465**

Por: Nívia Barreto dos Anjos

Mariana Mendes Novais de Oliveira

Capítulo 5 - SAÚDE E BEM-ESTAR NO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO DE BEM COM A VIDA NO FORMATO ON-LINE **483**

Por: Tatiana Pereira Sodré

Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo

Wilma Moraes

Capítulo 6 - TENDÊNCIAS DO MUNDO DO TRABALHO: EXPRESSÕES DE UM “MODUS OPERANDI” NO LABOR DE ASSISTENTES SOCIAIS NOS IFETs **501**

Por: Lígia da Nóbrega Fernandes

PARTE VI - ENSINO SUPERIOR519

Capítulo 1 - ALÉM DA EQUIDADE: O ENGAJAMENTO DO SERVIÇO SOCIAL NAS POLÍTICAS DE INCLUSÃO E PERMANÊNCIA INDÍGENA NO ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNICAMP **520**

Por: Vanilda Soares Santos

Cibele Papa Palmeira

Vanessa Tank Piccirillo Komesu

Franciana Nogueira Correa

Sônia Maria Pereira



Capítulo 2 - O TRABALHO DAS (OS) ASSISTENTES SOCIAIS NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA **534**

Por: Joelma Mendes dos Santos

Capítulo 3 - A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL (AE) NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS (IFES): UMA ARTICULAÇÃO ENTRE DIREITOS HUMANOS (DH) E POLÍTICAS SOCIAIS (PS) PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO **550**

Por: Célia Maria Grandini Albiero

Maísa Miralva da Silva

Ricardo Barbosa de Lima

Capítulo 4 - RELATO DE EXPERIÊNCIA - O TRABALHO DO(A) PROFISSIONAL ASSISTENTE SOCIAL NA UFPR: AÇÕES AFIRMATIVAS EM FOCO **567**

Por: Ivanice de Oliveira Candido Neres

Jaqueline Budny

Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago

Capítulo 5 - INDICADORES SOCIAIS E ANÁLISE SOCIOECONÔMICA: UM ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA **584**

Por: Merielle Martins Alves

Clara Rodrigues da Cunha Oliveira

Capítulo 6 - A DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO À UNIVERSIDADE PÚBLICA: MIGRAÇÃO, PERMANÊNCIA E OS FATORES SIMBÓLICOS NAS TRAJETÓRIAS ESTUDANTIS **599**

Por: Fernanda Rodrigues Arrais



Capítulo 3

O ENTRELACE ENTRE A DIMENSÃO POLÍTICO-PEDAGÓGICA E O TRABALHO SOCIOEDUCATIVO NO SERVIÇO SOCIAL¹

**Por:
Williana Angelo**



INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda a relação indissociável entre a dimensão político-pedagógica e o trabalho socioeducativo de assistentes sociais, aprofundando a compreensão de ambas as categorias e demarcando suas particularidades e similitudes. Referido aprofundamento é realizado a partir de um percurso bibliográfico que recorre a autores das pedagogias críticas norte-americana e latino-americana, incluindo intelectuais brasileiros da educação e do serviço social. O percurso parte da compreensão das categorias em separado, para em seguida analisá-las de modo articulado e refletido nas particularidades da profissão.

Vejam os então, se um/a estudante de Serviço Social ou um/a usuário/a da política com a qual você trabalha te perguntasse:

“- O que é essa tal dimensão político-pedagógica?” “- É a mesma coisa que socioeducativo?” “- O que significa trabalho socioeducativo?”.

Você se sentiria apto/a e seguro/a para responder a essas questões?

Quando pensamos rapidamente sobre essas categorias, tendemos a vê-las quase que como obviedades, como algo tão cotidiano ao Serviço Social que nem carece de maiores explicações. Mas se interpelados/as, se levados/as a deter nossa atenção, percebemos que tem traços tão complexos e interconectados ao projeto profissional que nenhuma rápida explicação faria jus a elas.

Talvez até bata uma insegurança sobre suas aproximações e distinções. Como se nos perguntássemos: O que vem antes, o ovo ou a galinha? Seria o político-pedagógico ou o socioeducativo? Não seria talvez sociopedagógico e político-educativo? Parece cair por terra toda a obviedade que acreditávamos ter essa questão e começa a brotar em seu lugar uma série de dúvidas e questionamentos. Que os deuses lhe tenham dado uma condição um pouco melhor e você tenha mais clareza do que nós sobre isso! Porque ao menos conosco foi assim que aconteceu... Mais perguntas do que certezas sobre o político-pedagógico e o socioeducativo.

Uma insegurança constrangedora em ter que expor ao outro que o óbvio não era, talvez, tão óbvio assim.

Sobre esse caminho de dúvidas e a busca por uma melhor compreensão que agora lançamos nossos esforços em partilhar com você, leitor e leitora, os resultados desse trajeto de desconstrução e reconstrução dessas categorias. Porque não é possível materializar um trabalho qualificado se não estivermos dispostos/as a analisarmos criticamente nossa experiência profissional calcada em bases teóricas sólidas, se não discutirmos e revisitarmos a compreensão teórico-prática que temos sobre a materialidade do nosso trabalho.

1 Este trabalho é parte integrante da pesquisa de doutoramento da autora, intitulada “Para além do ‘Eva viu a uva’: o colher e o semear sobre o caráter político-pedagógico e o trabalho socioeducativo de assistentes sociais.



CATEGORIA, QUE BICHO É ESSE?

Primeiramente, categorias são “elementos estruturais de complexos relativamente totais, reais e dinâmicos, cujas inter-relações dinâmicas dão lugar a complexos cada vez mais abrangentes em sentido, tanto extensivo como intensivo”, como aponta Prates (2012, p.122), com base em Marx. Ou seja, não se trata de um simples conceito de algo, mas a captação de elementos estruturais numa complexa inter-relação que está em constante movimento e transformação, que traduz valores, características, tempo histórico, correlação de forças numa aproximação sucessiva a um complexo dinâmico da realidade que constitui a totalidade.

Ufa!! Seria como dizer que para nos aproximarmos da compreensão de políticopedagógico, por exemplo, seria preciso analisar a partir de que leitura de mundo estamos nos debruçando sobre esse termo, compreendendo que teorias ele integra, subsidia e ao mesmo tempo é aportado; quem o utiliza e para que finalidade; como ele se opera na realidade; o que ele revela e o que fica oculto, o que o seu uso permite representar; em que campos da reprodução ou produção social ele se interconecta.

Categorias são construções coletivas, são relações, são mutáveis e expressam o movimento do real, em suas contradições e objetivações. É um pouco esse movimento de questionar e descobrir que faremos com essas duas categorias.

POLÍTICO, NÃO NECESSARIAMENTE PARTIDÁRIO...

Parece inevitável pensar na política de partido, da corrida eleitoral, naquele homenzinho no palanque quando ouvimos a palavra político (confesse, sua primeira imagem não foi a da mulher empoderada, uma Sâmia Bomfim, uma Sônia Guajajara ou uma Erika Hilton, entre tantas outras). Como obra do patriarcado e do machismo nosso de cada dia, foi aquele homenzinho branco, grisalho e carrancudo que deve ter brotado no seu pensamento e (spoiler) isso também guarda elementos da categoria estudada, é questão para o políticopedagógico da nossa profissão. Mas não será sobre esse aspecto particular da política que vamos focar. Nem iremos nos apegar a pequena política, a pequena política das intrigas (Gramsci, 2011).

O sentido do político que abordamos aqui é muito maior, é “um elemento ineliminável de toda práxis humana” (Coutinho, 1992, p. 55), um momento de profunda fusão entre subjetividade e objetividade, em que liberdade e determinismo se combinam, é uma catarse. Destacando Díaz Gomes, “es una cualidad que se construye, que emerge en toda interrelación humana. Por tanto, lo político es tan antiguo como el género humano” (2003, p. 50).

O político consiste então na “la capacidad de decidir sobre los asuntos de la vida en sociedad, de fundar y alterar la legalidad que rige la convivencia humana, de tener a la socialidad de la vida humana como una sustancia a la que se le puede dar forma” (Echeverría, 1997, p. 11).

Gramsci, por sua vez, enfatiza que o político envolve um elemento primordial que é a existência de dirigentes e dirigidos, governantes e governados que em análise profunda da divisão de grupos sociais vamos identificar como um aspecto gerado pela própria da divisão social do trabalho (Gramsci, 2011). Um sentido próprio de direção da coletividade no



processo de sociabilidade, que numa sociedade capitalista, reflete particularidades próprias dos interesses da classe dominante, não sem contraposição e resistência da classe que sofre e disputa a contrahegemonia. O que temos então é que o político está na base da representação de poder em disputa, que na leitura marxista envolve o conflito entre as classes sociais antagonônicas. Envolve também a política partidária, mas não se limita a ela.

Quanto à política, para Dussel (2006), essa se desenvolve num certo campo, o campo político, uma vez que é não é toda atividade humana, mas uma atividade humana; assim como existem outros campos, como o campo educativo, o campo econômico, o campo cultural, assim por diante. Ele lembra ainda que:

(...) todo ejercicio del poder de toda institución (desde el presidente hasta el policía) o de toda función política (cuando, por ejemplo, el ciudadano se reúne en cabildo abierto o elige un representante) tiene como referencia primera y última al *poder de la comunidad política* (o del *pueblo*, en sentido estricto) (Dussel, 2006, p. 14).

Dussel deixa claro que o político está relacionado à esfera do poder, mas não qualquer poder; o poder legítimo que emana do povo, que reside no povo. Podem existir forças com poder dominante, mas não com poder político (Torres; Torres; Martínez, 2016). Outras subversões do poder resultam em inversões, em fetichismo do poder.

Ainda em Dussel, o político:

no es exclusivamente ninguno de sus componentes, sino todos en conjunto. Una casa no es solo una puerta, ni solo una pared, ni un techo, etc. Decir que la política es uno de sus componentes aisladamente es una reducción equivocada. Hay que saber describirla como totalidad. Pero además, en totalidad, hay malas casas, casas que no permiten vivir bien, que son demasiado pequeñas, o inútiles, etc. De la misma manera en lo político (Dussel, 2006, p. 12).

Para nós e que muito nos interessa na categoria político é que esta pressupõe ação para uma finalidade, uma intencionalidade, se associa aos processos organizativos nas instituições e relações sociais de mobilização e organização de cultura.

No entanto, uma diferenciação se faz necessária entre a política e o político.

La primera (a política) hace referencia a los mecanismos, a las formas mediante las cuales se establece un orden, se organiza la existencia humana que siempre se presenta en condiciones conflictivas; la segunda (o político) se refiere a una cualidad de las relaciones entre las existencias humanas y que se expresa en la diversidad de las relaciones sociales (Díaz-Gomez, 2003, p.49).

O político se constitui numa dimensão da vida humana, atravessa tanto a vida cotidiana quanto os momentos de grande eclosão, como as revoluções e guerras, constituindo o plano imaginário, assim como o plano concreto da vida (Echeverría, 1997). O político faz referência a uma dimensão conceitual e intrínseca ao humano em sua genericidade.

A política, por sua vez, pode ser expressa como atividade. É possível dizer que a política é uma representação particular da relação histórica entre o homem e o mundo,



configura-se numa objetivação. Para Echeverría, a política se vincula com as “instituciones concretizadoras de la socialidad” (1997, p. 14), seja no campo laboral, religioso, educacional ou políticas em si etc.

Em síntese, ao analisar a categoria ‘político-pedagógico’ entendemos o político como 1) dimensão da vida humana, que perpassa as relações sociais em sua multiplicidade; 2) como uma base constitutiva de projetos de sociedade, em consenso ou em contradição e disputa.

Diferente da política que, por sua vez, é compreendida como 1) uma das particularidades da categoria político; 2) representa um campo de objetivações, que se expressa em espaços de disputa e conflitos, tensões e conquistas na materialização dos projetos societários; 3) pode se materializar em estruturas institucionais, em sistemas partidários, em políticas públicas, que podem corresponder a um maior ou menor atendimento aos interesses da própria comunidade política, neste último caso, como apontava Echeverría (1997).

Não é suficiente compreender o sentido do político para apreender a categoria político-pedagógico, mas sem essa compreensão, tampouco é possível gerar uma aproximação.

Desta maneira, entender o quão complexo e profundo é o sentido dessa dimensão da vida humana que constitui os alicerces de projetos societários no cotidiano das relações, ou seja, o político, contribui para entendemos que ele, no âmbito do Serviço Social também está relacionado a um projeto particular, o projeto ético-político da profissão. O político está associado à direção social do projeto hegemônico da categoria, que por sua vez, diz sobre o projeto de sociedade que vislumbramos no horizonte da sociabilidade.

Você poderia perguntar: “Mas por que ele é político-pedagógico e não apenas político?”

Ou: “Por que ele não é político-educativo em substituição ao pedagógico?”

Primeiro devemos explicitar que educativo e pedagógico não são sinônimos, apesar guardarem relação entre si, o que também podemos dizer do político em relação ao educativo, pois existe algo de político na educação, assim como algo educativo no político. Sim, parece um emaranhado...

Vamos por parte, Saviani (1989) elabora algumas teses fazendo uma diferenciação entre ambas as categorias. Reconhece que guardam uma relação intrínseca, pois “toda prática educativa, enquanto tal, possui uma dimensão política assim como toda prática política possui, em si mesma, uma dimensão educativa” (Saviani, 1989, p. 94). Porém, educação e política possuem especificidades e constituem práticas distintas.

Brandão frisava que “Ninguém escapa da educação.” (1981, p.03). Ela nos constitui, constitui nossas relações, seja no espaço privado dos nossos lares, nas escolas ou nas ruas numa interação amistosa com desconhecidos. Em cada tempo e espaço históricos está lá a educação, ou seriam educações? (Brandão, 1981). Educação é parte constituinte de nossa existência humana.

Segundo Torres Carrillo (2015, p. 100), educação “es entendida como una acción social intencionada a través de la cual un sujeto (individual o colectivo, institucional o no) busca incidiren las maneras de saber, de valorar o de actuar de otros sujetos (individuales o colectivos).”

Na mesma linha, Vasco Uribe *et al.* (2008) aponta que a educação é “una práctica social compleja, situada en las prácticas sociales emprendidas en todas las culturas como prácticas formativas de las nuevas generaciones por necesidades de supervivencia” (p. 16) e “no es un saber, una disciplina o una ciencia” (p. 34, grifo nosso).



Como Uribe, Freire reconhece a dimensão educativa como fenómeno essencialmente humano, constitui o ser e estar em sociedade, considerando ainda que a prática educativa é histórica e tem historicidade (2001). Freire resalta que o educativo é “uma dimensão necessária da prática social, como a prática produtiva, a cultural, a religiosa, etc. Enquanto prática social a prática educativa, em sua riqueza, em sua complexidade, é fenómeno típico da existência(...); (2001, p. 34).

Para Torres Carrillo (2015) a prática educativa está ligada intrinsecamente à sociedade humana, mas não necessita que esse processo educativo tenha que ocorrer por uma via institucionalizada, como a educação formal. Ele pode ocorrer cotidianamente ao desenvolvermos habilidades essenciais a nossa existência, como cozinhar, plantar, produzir objetos, partilhar valores.

Por sua vez García-Huidobro (2018, p. 149) resalta que educação não é uma mera entrega de um patrimônio, está além, “es una actividad crítica y creativa a través de la cual hay progreso: el educador y el educando se educan y crecen”. Pressupõe a constituição do ser social.

Enquanto categoria ontológica do ser social, ela se correlaciona com a categoria trabalho e que pode demarcar possibilidades criativas e emancipatórias para os sujeitos sociais. Mas devemos lembrar que, nas particularidades da sociedade capitalista burguesa, ela se configura, ainda que com disputas e contradições, como um elemento indispensável no processo de acumulação do capital e um instrumento ideológico de produção, disseminação e assimilação de valores e consensos.

Para Freire, “la educación «habla» a una forma de política cultural que trasciende los límites teóricos de cualquier doctrina política específica, al tiempo que vincula la teoría y la practica social a los aspectos más profundos de la emancipación” (1990, p.15).

A emancipação humana diz respeito à libertação da humanidade e de suas forças potenciais para as constantes mudanças e atendimento das necessidades coletivas. Deste modo, reconhecemos a emancipação humana como:

uma forma de sociabilidade, situada para além do capital, na qual os homens serão plenamente livres, isto é, na qual eles controlarão, de maneira livre, consciente, coletiva e universal o processo de produção da riqueza material (o processo de trabalho sob a forma de trabalho associado) e, a partir disto, o conjunto da vida social (Tonet, 2013, p. 2).

A educação é parte integrante desse conjunto da vida. Para nós, assistentes sociais, ela se articula ao nosso projeto ético-político hegemônico, ao que a reconhecemos como:

um complexo constitutivo da vida social [...]. Integra, junto com outras dimensões da vida social, o conjunto de práticas sociais necessárias à continuidade de um modo de ser, às formas de sociabilidade que particularizam uma determinada sociedade. Sua função social, portanto, é marcada pelas contradições, pelos projetos e pelas lutas societárias e não se esgota nas instituições educacionais, embora tenha nelas um espaço privilegiado de objetivação (CFESS, 2012, p.16).



Reconhecemos então que a educação é um campo em disputa que de modo evidente se vincula ao projeto da categoria por um novo horizonte societário, porém um campo absolutamente marcado por contradições e conflitos de classes e disputas ideológicas.

Saviani é taxativo ao apontar que a educação tem uma especificidade e esta se refere:

[...] aos conhecimentos, ideias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários à formação da humanidade em cada individuo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através das relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens” (Saviani, 2015, p. 293).

A educação contribui para a constituição da nossa própria humanidade, na internalização dos valores, aprendizados e culturas e isso se dá via relações pedagógicas. Este é um esclarecimento que Saviani nos traz, pois entendemos que a partir das referidas “relações pedagógicas historicamente determinadas” se abre a perspectiva “da especificidade dos estudos pedagógicos (ciência da educação)” (2015, p. 293), que se difere das ciências da natureza e das ciências humanas, uma vez que “preocupa-se com a identificação dos elementos naturais e culturais necessários à constituição da humanidade em cada ser humano e a descoberta das formas adequadas ao atingimento dos objetivos” (Saviani, 2015, p. 293). Aqui ele diferencia educação e pedagogia que permite entender que para o Serviço Social, numa reflexão sobre nosso trabalho interventivo, podemos gerar um saber pedagógico, geramos conhecimento.

E quanto ao educativo e o pedagógico, vimos que Vasco Uribe (2008) reconhece a educação como uma prática social empreendida nas culturas diversas para a formação das gerações, intrínseco a nossa própria sobrevivência; bem como aponta que não é necessariamente disciplina ou ciência, nem se limita ao ensino. Torres Carrillo (2015, p. 101) completa, “educación no implica necesariamente reflexión pedagógica y que ser educador no significa ser pedagogo.”

Essa dimensão educativa que é essencialmente humana, contribui na formação da própria humanidade em cada indivíduo singular (Freire, 2001; Saviani, 2015) é fundamental para o horizonte da emancipação.

Por sua vez “La educación no está desligada de la pedagogía [...], porque aquella encuentra en las prácticas pedagógicas formas de permanencia o de cambios” (Zuluaga; Martínez, 1996, p. 56-57 *apud* Martínez, 2019, p.151).

O pedagógico guarda intrínseca relação com a categoria educativa, é dela proveniente. Por essa relação, igualmente não é uma categoria neutra, estéril, ou centrada em si mesma.

(...) la pedagogía no es neutra, ni universal, ni objetiva, puesto que en ella se despliegan contradicciones, disputas culturales, ideológicas, políticas, filosóficas. Lo anterior nos alerta contra aquellas corrientes que reducen la pedagogía a aspectos técnicos, instrumentales, mecánicos. Dichas corrientes asociadas originariamente al positivismo, han establecido una disociación entre filosofía y pedagogía, lo que permitió desarrollar procesos de tecnificación del campo (Cabaluz, 2015, p. 28).



Assim, analisar o campo pedagógico para os fins desse trabalho é considerar que a categoria pedagógica não se refere a mera instrumentalidade ou tecnicismo dos processos educativos e sociais, ao que Zuluaga nomeia como “instrumentación” (et.al, 1988, p. 06) ou reducionismo passivo da pedagogia.

Torres Carrillo destaca que a pedagogia “es un saber referido a las prácticas educativas, que puede asumir diferentes niveles de complejidad y que ha llevado a la generación de teorías, enfoques y corrientes de pensamiento educativo” (2015, p. 101).

Gramsci alerta que as relações pedagógicas se expressam em toda a sociedade “en su totalidad y en cada individuo respecto a los demás, entre castas intelectuales y no intelectuales, entre gobernantes y dirigidos, entre vanguardias y cuerpos de ejército” (Gramsci, 2007, p. 56) e reforça “Toda relación de ‘hegemonía’ es necesariamente un rapport pedagógico” (idem, 2007, p.56).

Por isso, não ocorre apenas na relação com a educação, trata-se de uma relação que permeia os diversos campos da reprodução social. Por sua vez, as relações de hegemonia são inseparáveis das relações pedagógicas (Gramsci, 2007). Na inter-relação entre os homens se materializam relações pedagógicas que essas são historicamente determinadas, expressas no cotidiano das experiências individuais e coletivas. Para Gramsci a:

relación pedagógica debe ser activa y recíproca, es decir retroalimentativa; los saberes no se transmiten unidireccionalmente, sino que se construyen en la mediación, en la interrelación. La relación pedagógica activa, recíproca y retroalimentativa debe darse y se da en toda la sociedad, entre intelectuales/pueblo, gobernantes/gobernados, dirigentes/dirigidos, partido/masas etc (Manacorda,1995; *apud* Ojeda; Cabaluz, 2011, p 43).

No ceio da profissão essas relações pedagógicas também marcam os processos de polarização de interesses das classes sociais que afetam a prática profissional do Serviço Social. Como nos lembra Yazbek, “Relação -das classes sociais- que, como já afirmamos, é essencialmente contraditória e na qual o mesmo movimento que permite a reprodução e a continuidade da sociedade de classes cria as possibilidades de sua transformação” (Yazbek, 2014, p. 681).

Fazer-se assistente social é ser conformado no confronto das classes sociais em disputas, numa realidade na qual é assumir uma função político-pedagógica inventiva, crítica e socialmente posicionada diante de condições sócio-históricas determinadas.

Cabe agregar que todas las relaciones sociales, y por tanto también las relaciones pedagógicas son relaciones históricas y responden a condiciones históricas. La praxis político-pedagógica transformadora debe reconocer la historicidad del conjunto de relaciones sociales. Para transformar la historia y modificar las relaciones sociales que la constituyen, el sujeto debe trabajar hacia un sentido genuino de historicidad que le permita descubrir y comprender las contradicciones sociales, reconocerlas como superables y luchar por transformarlas (Cabaluz; Ojeda; 2011, p.43).

Ao tratar do político-pedagógico, não especificamente para o Serviço Social, Cabaluz parece traduzir bem nossa visão ao apontar que “implica [...] assumir una política prefigu-



rativa, ensayando desde el trabajo cotidiano nuevas formas de relacionarnos, sustentadas en la dialogicidad, la reciprocidad, el reconocimiento, la concienciación, el apoyo mutuo, entre otras” (Cabaluz, 2015, p. 133).

Paulo Freire sobre a pedagogia constrói uma excelente síntese, acreditamos que se alinhar ao projeto político-pedagógico da profissão.

(...) la pedagogía que defendemos, concebida en un área significativa del tercer mundo, es en sí misma pedagogía utópica. Por esta misma razón está llena de esperanza, pues ser utópico no es ser sólo idealista o poco práctico, sino más bien acometer la denuncia y la anunciación. Nuestra pedagogía no puede prescindir de una concepción del hombre y del mundo. Formula una concepción científica humanista que encuentra su expresión en una praxis dialógica, en la que educadores y educandos en conjunto, a través del análisis de una realidad deshumanizadora, la denuncian al tiempo que anuncian su transformación en nombre de la liberación del hombre (Freire, 1990, p.77-78).

A constituição da dimensão pedagógica para o Serviço Social deve assumir uma outra direção social, deve ultrapassar e superar a função reprodutora de ordens, pois “estando ela imersa na tensão dialética entre reprodução e mudança, pode fazer uso do conhecimento (...) como ferramenta de análise para compreender para além das aparências, dos interesses, objetivando suas atividades para outro fim” (Amicucci, 2017, p.54).

APONTAMENTOS SOBRE O POLÍTICO E O PEDAGÓGICO NO SERVIÇO SOCIAL


Observar as raízes históricas de nossa constituição enquanto profissão é central para compreendermos a dimensão política da nossa identidade, uma vez que “o Serviço Social surge e se expande marcado pela contradição fundamental que organiza a sociedade do capital [...]” (Iamamoto, 2004, p. 122).

Essa contradição gera um entrelaçamento direto com o trabalho de assistentes sociais, uma vez que nossa atuação se expressa

Visceralmente polarizada por interesses sociais de classes contraditórias, inscritos na própria organização da sociedade e que se recriam na nossa prática profissional, os quais não podemos eliminar. Só nos resta estabelecer estratégias profissionais e políticas que fortaleçam alguns dos atores presentes nesse cenário. Assim sendo, a prática profissional tem um caráter essencialmente político: surge das próprias relações de poder presentes na sociedade (Iamamoto, 2004, p.122).

Iamamoto lança o cerne da dimensão política da profissão na “relação da profissão com o poder de classe” (2004, p. 122). No campo político se pode disputar e tensionar nas relações de poder, pode em seu caráter político estabelecer uma defesa por assumir opções ou projetos emancipatórios.

Pensar o projeto profissional supõe articular uma dupla dimensão de um lado, as condições macrosocietárias que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possi-



blidades; e de outro, as respostas sóciohistóricas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como limites e possibilidades são analisados, apropriado e projetados pelos assistentes sociais (Iamamoto, 2008, p. 222).

A autora destaca ainda que se:

Supõe uma visão de mundo, articulada a uma ética correspondente e se liga à ação no sentido de interferir no comportamento dos homens no enfrentamento dos conflitos sociais. Por meio da luta hegemônica, os assistentes sociais [...] tornam-se parte de um “sujeito coletivo”, que partilha concepções e realizam, em comum, atos teleológicos articulados e dirigidos a uma mesma finalidade, como parte da comunidade política (Idem, p. 37).

O aspecto do interesse coletivo e do caráter político dos projetos merece atenção dado que, em nossa sociedade, projetos societários são simultaneamente projetos de classe, são coletivos e necessariamente contemplam uma dimensão política que envolve relações de poder (Netto; Braz, 2009).


A realidade contemporânea da sociedade brasileira é bem ilustrativa nesse sentido, pois apesar de vivermos numa democracia, experienciamos nos últimos anos uma crescente da cultura e das práticas sociais e econômicas típicas de projetos conservadores e ditatoriais, em disputa direta com a defesa e manutenção da própria democracia. Ou seja, “mesmo num quadro de democracia política, os projetos societários que respondem aos interesses das classes trabalhadoras e subalternas sempre dispõem de condições menos favoráveis para enfrentar os projetos das classes proprietárias e politicamente dominantes” (Netto; Braz, 2009, p. 143, grifo do autor).

Para o Serviço Social, o político pode contribuir para termos definida as bases claras de que projeto nós criamos e recriamos para uma sociedade que almejamos construir em uma caminhada coletiva como classe oprimida.

Cabaluz e Ojeda (2011, p. 43-44) nos lembram que “todo proyecto de transformación social de carácter global, requiere de la existencia de un proyecto político pedagógico contra-hegemónico, coherente por supuesto, en contenido y forma, con la prefiguración del nuevo orden”.

O projeto ético-político do serviço social guarda elementos de um projeto societário particular de transformação, o qual está cotidianamente em rota de colisão com o projeto capitalista de sociedade. Mas é também nosso maior motivador, pois confrontar as durezas do sistema e ousar vibrar em cada célula dos corpos que operam esse projeto as possibilidades de uma nova sociabilidade é garantir nossa própria humanização num sistema desumanizador e violento; é o nosso esperar. Afinal:

o mundo burguês e sua lógica constitutiva, sua estrutura e dinâmica, limita a construção da contra hegemonia possível pelo projeto, mas não elimina a sua possibilidade. A análise marxista nos mostra exatamente o contrário: é em razão da hegemonia do pensamento burguês, e em confronto com ela, que faz sentido construirmos a contra-hegemonia do nosso projeto profissional. É por isso que nosso



projeto tem uma efetividade concreta na vida profissional da categoria como sujeito coletivo e no cotidiano dos profissionais (Guerra, 2014, p.37).

Abreu (2004) a partir do pensamento gramsciano enfatiza que as relações pedagógicas compõem a “racionalização da produção e do trabalho e a organização da cultura, mediante o qual são articulados os interesses econômicos, políticos e ideológicos, plasmando subjetividades e normas de condutas individual e coletivas” (2004, p.45) que são a marca da cultura e denotam a disputa de hegemonia.

A autora considera ainda que a função pedagógica dos assistentes sociais:

(...) em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre o Estado e a sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada a estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e do exercício do controle social (Abreu, 2016, p. 21).

A mediação realizada na atuação do assistente social, enquanto trabalhador inserido na divisão social, sexual e técnica do trabalho, está articulada aos processos essenciais vinculados às condições de reprodução social de vida da classe-que-vive-do-trabalho.

Em relação à reprodução social, compreendemos que:


se refere ao modo como são produzidas e reproduzidas as relações sociais nesta sociedade. Nessa perspectiva, a reprodução das relações sociais é entendida como a reprodução da totalidade da vida social, o que engloba não apenas a reprodução material e do modo de produção, mas também a reprodução espiritual da sociedade e das formas de consciência social através das quais o homem se posiciona na vida social” (Yazbek, 2009, p. 127).

Ou seja, envolve a reprodução da vida material e da vida espiritual, são as formas de consciência social “por meio das quais os homens tomam consciência das mudanças ocorridas nas condições materiais de produção da vida material, pensam e se posicionam na sociedade (Iamamoto, 2009, p. 23).

Nesse âmbito as mediações realizadas por assistentes sociais em seu trabalho são repletas de limites e particularidades próprias das condições históricas concretas (Yazbek, 2009), cujo caráter da ação profissional tende a ser mutável dada as próprias condições de objetivação num dado tempo histórico-social.

As mediações no trabalho dos assistentes sociais se objetivam por meio da operacionalização de políticas sociais, em alguma medida por políticas de formação e gestão de recursos humanos e ainda em processos de luta e resistência das classes oprimidas. As relações pedagógicas resultantes dessas mediações terminam por se concretizar “sob a forma de ação material e ideológica” (Abreu, 2016, p.21).

Quando a autora enfatiza as potencialidades do exercício de uma pedagogia emancipatória em sua obra, ela destaca que:



Fundamentalmente, a intervenção do assistente social, numa perspectiva emancipatória, volta-se para o rompimento de práticas identificadas com a cultura tuteladora/clientelista da relação entre Estado e sociedade, contribuindo para o surgimento de uma nova e superior prática social” (Abreu, 2016, p. 255).

Esse tipo de pedagogia emancipatória é o horizonte que buscamos ressaltar nesse trabalho, porém compreendendo que a função pedagógica não é estanque, mas permeada pelos processos contraditórios que afetam a função pedagógica expressas nas ações profissionais, que por sua vez podem imprimir tanto um caráter de ‘ajuda’, de ‘participação’ ou próprio da emancipação (Abreu, 2016).

Ai está o fundamento da dimensão pedagógica do trabalho do assistente social: a capacidade de incidir sobre os processos de organização de cultura, repercutindo nos significados, valores e modos de agir expressos na individualidade e coletividade próprios da existência humana.

Assim, o político-pedagógico, enquanto uma dimensão do trabalho de assistente sociais, vinculado ao projeto ético-político da profissão revela a posição por um projeto de sociedade, por um lado nas disputas de classes contraditórias, na qual nosso trabalho se centra na construção de estratégias profissionais e políticas de fortalecimento da classe subalterna no ceio das disputas institucionais e extra-institucionais, com vistas ao horizonte da emancipação humana.

Representa la necesidad que sienten los educadores [assim como assistentes sociais] de establecer un apasionado compromiso por lograr que lo político se convierta en algo más pedagógico, es decir, para que la reflexión y la acción críticas se conviertan en parte fundamental de un proyecto social que no sólo implica formas de opresión sino que también desarrolla una profunda y obediente fe en la lucha por humanizar la vida en sí (Giroux, 1990, p. 15).

O político-pedagógico abarca tanto o referencial quanto a materialidade sócio-política para a qual se dirige um projeto de sociedade e/ou de profissão, ou seja, diz sobre a não neutralidade de um grupo, uma coletividade ou uma profissão. E esse posicionamento, que permeia outras dimensões da vida social e do trabalho, ganha materialidade a partir do caráter pedagógico que o constitui.

No caso do Serviço Social, o político-pedagógico integra o nosso projeto ético-político profissional, pautado as dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, com as quais está interconectado, repousando essencialmente sobre o caráter interventivo da profissão.

O político-pedagógico, interconectado as demais dimensões, integrante do projeto éticopolítico, compõe então a base elementar que traduz o sentido e a direção da profissão com vista ao projeto de sociedade em seu estado atual e porvir, guarda elementos de consenso, contradição e disputa; materializa-se em ações e produz saber, conhecimento e crítica, resultando em transformações ou permanências no cotidiano que intencionalmente ou não, direta ou indiretamente afetam o porvir da existência humana ou parte da sua experiência. É um elemento ineliminável da constituição do Serviço Social.



A dimensão político-pedagógica crítica se desenvolve com vistas à superação do capital, do colonialismo, do racismo e do patriarcado, e demais sistemas e valores opressivos.

Traço fundamental para a materialização da dimensão político-pedagógica no cotidiano do trabalho, cujo horizonte seja a emancipação humana.

INTERCONEXÃO ENTRE POLÍTICO-PEDAGÓGICO E SOCIOEDUCATIVO

Necessário enfatizar que estamos discutindo ambas as categorias: político-pedagógico e socioeducativo, no seio de uma profissão específica que é o Serviço Social; profissão inserida na divisão sociotécnica e sexual do trabalho e enfocada num campo sócio-ocupacional determinado. O que equivale a dizer que analisamos aspectos da categoria educação em seu caráter intrínseco a uma profissão num dado contexto sócio-histórico.

Saviani escreve sobre o trabalho educativo e produz uma excelente referência, que corresponde diretamente aos valores do Serviço Social. Essa compreensão fomenta aspectos importantes para pensar o trabalho educativo de assistentes sociais.

O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se formem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo (Saviani, 2015, p. 287).

Gadotti, por sua vez, aponta que “Educar es siempre tomar partido, mostrar una dirección, asumir valores, comprometerse, pero sin adoctrinar o manipular. Educar es conscientizar, desfetichizar, desmitificar, tornar visible lo que fue ocultado para oprimir” (2016, p. 9).

Evidente que Gadotti aqui trata do educar dotado de um sentido político próprio para a transformação, para a libertação, para a emancipação. Está em diálogo direto com o pensamento gramsciano e freiriano. Uma direção política e social do ato de educar que pressupõe uma educação que contribua para romper com as amarras do sistema capitalista.

Gadotti afirmou que, como educador, necessita fundamentar sua práxis:

en un pensamiento político-pedagógico que contribuya a ofrecerme instrumentos para que yo pueda orientar mejor mis acciones en la perspectiva transformadora. (...) Los intelectuales orgánicos no están obsoletos. Están delante de nuevas tareas, entre ellas la de aprender a tratar con la diversidad sin caer en el relativismo, respetar las individualidades y construir la unidad sin transformarla en uniformidad, en conformidad (2016, p. 10).

Cabe a nós, assistentes sociais, a mesma tarefa em relação ao nosso trabalho, pois somos educadores por um caráter próprio da profissão e devemos nos debruçar sobre o sentido e a intencionalidade do nosso trabalho (socio)educativo, pois nossas ações têm sim uma intencionalidade e uma direção própria, ainda que não percebidas na imediatividade. Por isso mesmo devemos refletir criticamente sobre o trabalho e a direção político-pedagógica que



imprimimos a ele, ou inadvertidamente seremos subsumidos, sem resistências, a um trabalho de reprodução dos interesses hegemônicos num sistema opressor.

Retomando Gadotti, apesar de pactuar da compreensão sobre o sentido de educar, reconhecemos que essa é uma compreensão singular de sua objetivação, dado que num sistema de contradições a educação e os processos educativos facilmente assumem um caráter doutrinador, acrítico e de coesão. O que se pode explicar numa análise do campo político-pedagógico e do alinhamento dos intelectuais orgânicos às distintas classes sociais em luta.

Compreendemos que o trabalho socioeducativo envolve práticas sociais capazes de dar seguimento a modos de ser no conjunto da sociedade, pois contribui na produção/internalização em cada indivíduo singular a humanidade própria da coletividade historicamente produzida, objetiva a sociabilidade que constitui as particularidades de uma determinada sociedade.

O trabalho socioeducativo incide então sobre essa sociabilidade afetando em suas particularidades e sendo afetado nesse processo, pois o trabalho é dinâmico, mutável e interconectado aos modos de produção e reprodução social da sociedade na qual é desempenhado. É em si (sócio)educativo, pois guarda uma multiplicidade de correlações, uma vez que as demandas geradoras das ações estão relacionadas a diversos âmbitos da reprodução social, como o cultural, político, econômico, ideológico, educativo que, ao mesmo tempo em que refletem na operacionalização das ações, do trabalho socioeducativo, este pode incidir sobre eles.

Nós, assistentes sociais, temos clareza suficiente de como materializar nosso trabalho nessa direção social que defendemos? A utopia não pode estar descolada do concreto no cotidiano - pois é por ele que vamos caminhar - e principalmente das relações que construímos.

Num trabalho crítico sabemos da nossa intencionalidade e reconhecemos os desafios para o exercício da nossa autonomia relativa, mas estamos seguros dos caminhos para construir um trabalho crítico emancipador na relação com a população oprimida com a qual trabalhamos? Conseguimos criar uma relação horizontal e profícua de diálogo e construção conjunta? Desconstruímos juntos o emaranhado das teias da opressão e das raízes das desigualdades? Sabemos como colocar em prática as ações profissionais balizadas pela dimensão políticopedagógica, pelo projeto ético-político?

Estes questionamentos requerem retomar as dimensões da profissão. Para Guerra:

A dimensão teórico-metodológica nos capacita para operar a passagem das características singulares de uma situação que se manifesta no cotidiano profissional do assistente social para uma interpretação à luz da universalidade da teoria e o retorno a elas. O conhecimento adquirido através deste movimento possibilita sistematizações e construções teórico-metodológicas que orientam a direção e as estratégias da ação e da formação profissional (dimensão formativa), bem como permite aprofundar os fundamentos teóricos que sustentam as intervenções profissionais (Guerra, 2017, p. 54).

De Paula (2023) por sua vez, aponta que quanto mais nos aproximamos no nosso projeto ético-político e adensamos nosso alinhamento com os princípios da profissão mais consistente será nossa dimensão técnico-operativa. O que para nós guarda relações profundas com o trabalho socioeducativo, pois sustenta sua operatividade qualificada, aporta nosso caráter interventivo.



Assim, sobre estas indagações, temos para nós que é no trabalho socioeducativo que se materializa, de modo mais evidente, mas não exclusivo, a dimensão político-pedagógica do trabalho, pautada numa concepção social e política de sociedade. Reforçando, a dimensão político-pedagógica não se limita ou se extingue no trabalho socioeducativo. Ela está internalizada em todo o processamento do trabalho de assistentes sociais no cotidiano da sua atuação, seja nos embates na correlação de forças institucionais, no trabalho em equipe, no planejamento das ações, na articulação institucional e extra-institucional, na gestão dos serviços, projetos e programas.

No âmbito do serviço social o caráter educativo pode ser pensado no campo das possibilidades de ações fortalecedoras da transformação social. Ou seja, pensar o educativo do socioeducativo é ter uma direção social e política e sobretudo é um ato objetivado, uma ação, um fazer por um educar, por um horizonte emancipador.

Assim devemos considerar no cotidiano do nosso trabalho se o sentido do educador está em educar o ser social, o que inclui a nós mesmo em sermos educados mutuamente, para perpetuar o estado atual das coisas, na manutenção e reprodução do status quo ou educar para a transformação ou superação das mais variadas formas de opressão. Que conhecimento pedagógico estamos produzindo sobre esse trabalho no cotidiano destas relações?

Nessas indagações residem elementos da dimensão político-pedagógica do trabalho socioeducativo, uma vez que esse trabalho é uma mediação profissional que dá materialidade ao nosso projeto ético-político, que pode conferir um sentido emancipatório. Em contraposição e/ou em contradição, pode adotar um sentido reprodutor. Essa etapa do processamento do trabalho requer um domínio teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, balizes do nosso projeto profissional, se almejamos o horizonte da emancipação.

O pensamento político-pedagógico então fundamenta uma prática – em consonância com as demais dimensões-, determina o caráter do trabalho socioeducativo. Em nossa análise, consideramos que o socioeducativo é uma forma de processamento do trabalho do assistente social, o reconhecemos como trabalho socioeducativo, uma ação socioeducativa.

Um trabalho que reconhece o tensionamento próprio dos interesses de classe, que como vimos, permeia profundamente a realidade educativa, que coloca a educação no campo do consenso e da internalização de valores, hegemonicamente dominada pelas classes detentoras dos meios de produção, visando a reprodução de seus interesses. O que evidencia a limitação para uma educação emancipadora enquanto um complexo dinâmico no âmbito da reprodução social.

Assim ao realizarmos nosso trabalho, devemos buscar sempre não cair numa leitura ingênua nem sobre o trabalho, nem sobre a educação. Pois reconhecemos que:

(...) a educação é uma mediação para a reprodução social. E que, numa sociedade de classes, ela, necessariamente, contribuirá predominantemente para a reprodução dos interesses das classes dominantes. Daí a impossibilidade de estruturar a educação, no seu conjunto, de modo a estar voltada para a emancipação humana. É por isso que entendemos não ser possível “uma educação emancipadora”, mas apenas a realização de “**atividades educativas emancipadoras**” (Tonet, 2012, p.38, grifo nosso).



Tonet reafirma a compreensão que temos de que não é possível transformar ou revolucionar a sociedade pela via de uma única dimensão da vida social, ainda que seja extremamente relevante e indispensável para a sociabilidade. Não é possível atribuir essa tarefa árdua a um complexo dinâmico específico, pois é preciso projetá-lo no conjunto desses complexos, ou seja, numa perspectiva totalizante dos processos revolucionários necessários. Deste modo, a realização do trabalho socioeducativo não é ação messiânica, mas certamente é indispensável para esse horizonte.

O socioeducativo estaria ligado à nossa capacidade de tornar concreto nosso projeto ético-político, traz em si o potencial para um trabalho criador. Este que, juntamente com a arte, a ciência e a moral (Heller, 2001; Netto; Carvalho, 2012), tem a capacidade de proporcionar momentos de suspensão do cotidiano. O simples fato de se materializar no cotidiano da realidade social, no ceio da sociedade capitalista é suficiente para compreender que também é permeado pela própria alienação, não está livre dos processos de reprodução, mas é deles oriundo, seja como recurso de reprodução, seja como força de resistência.

Paulo Freire na obra “Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa” (1996, com reimpressão 2010) nos brinda com importantes reflexões sobre os princípios centrais para trilharmos os caminhos de uma prática educativa emancipadora, mostrando que o ato de ensinar, em nosso caso educar no melhor sentido da palavra, contém algumas exigências importantes como: reconhecer que a educação é ideológica, respeito aos saberes do educando, capacidade crítica, reflexão crítica sobre a prática, ética, respeito à autonomia do ser, humildade, apreensão da realidade, disponibilidade para o diálogo, luta em defesa dos direitos do educando, comprometimento, competência profissional, saber escutar, aceitação do novo e rejeição das formas de discriminação, entre outras exigências. Tarefa desafiadora para nosso cotidiano e imprescindível para nossa identidade profissional.

Resgatar Freire e suas pedagogias parece ato indispensável, pois temos uma rica formação que nos habilita às análises estruturais das mais elevadas, temos princípios nobres que miram o horizonte de uma nova ordem societária, mas por vezes parece que nos faltam recursos ou segurança para promover e adequar nossas reflexões, questionamentos e práticas ao diálogo direto e acessível para a população com a qual trabalhamos. Esses princípios freirianos podem ser uma lanterna para guiar nosso caminho no exercício do inédito viável que intensificaria nossa conexão com a classe trabalhadora, a qual também somos parte.

Por isso, pensar as ações no cotidiano do trabalho, em especial, as construídas juntamente com o público do nosso saber-fazer profissional é reconhecer que às ações socioeducativas podem:

contribuir para o fortalecimento de processos emancipatórios, nos quais há a formação de uma consciência crítica dos sujeitos frente à apreensão e a vivência da realidade, sendo ela, também facilitadora de processos democráticos, garantidores de direitos e **de relações horizontais entre profissionais e usuários**, ao mesmo tempo que projeta a sua emancipação e a transformação social (Lima, 2006, p. 137, grifo nosso).

Vivero sobre esta questão dá ênfase especial a Paulo Freire, em relação a nossa função.



Para Paulo Freire, resulta tan importante ocuparse del campo educativo, de la práctica educativa emancipadora. Si bien Freire no habla expresamente de intelectual, las/os educadores cumplen dicha función, y las/os trabajadores sociales en su campo de intervención despliegan una función socioeducativa, especialmente con las clases populares, es decir, un rol de intelectuales. Y aquí cabe insistir con la pregunta ¿intelectual al servicio de qué intereses o de quiénes? Por cierto nos pone en la encrucijada si somos intelectuales al servicio de las clases dominantes o nos comprometemos con un trabajo sociopolítico educativo al servicio de las clases subalternas (Vivero, 2023, p. 67-68).

As palavras de Vivero nos fez reavivar a memória de outra passagem de Freire:

O que eu quero dizer é que a educação, como formação, como processo de conhecimento, de ensino, de aprendizagem, se tornou, ao longo da aventura no mundo dos seres humanos uma conotação de sua natureza, gestando-se na história, como a vocação para a humanização [...]. Em outras palavras e talvez reiteradamente, não é possível ser gente sem, desta ou daquela forma, se achar entranhado numa *certa prática* educativa, entranhado não em termos provisórios, mas em termos de vida inteira. O ser humano jamais para de educar-se (Freire, 2001 p.12-13).

A pergunta que podemos nos fazer é: que tipo de gente nós somos?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante esclarecer que quando falamos em trabalho socioeducativo é comum que as pessoas pensem imediatamente em atividades grupais e reuniões. Sem dúvida são recursos preciosos da instrumentalidade do Serviço Social, espaços privilegiados para o exercício do caráter socioeducativo do trabalho, porém não são os únicos.

O socioeducativo envolve nossa forma de comunicação, nosso diálogo, nossa forma de realizar atendimentos individuais, nossas orientações e acompanhamentos, nossa forma escrita, verbal e corporal de comunicação, orientação e diálogo, enquanto ato educativo.

Ao tratar das particularidades do trabalho do assistente social, Yazbek (2009) recorda que a atuação profissional se caracteriza pela busca em produzir resultados na vida do público demandante via atendimento de suas necessidades, através do planejamento, gestão e execução de políticas sociais e serviços. Aponta também que essa atuação profissional se caracteriza pela ação socioeducativa, que corresponde às ações que interferem diretamente nos valores e comportamentos da população atendida, podendo gerar mudanças em seu modo de viver, pensar e agir, ou seja, afetar a subjetividade.

Por isso, não podemos limitar nosso trabalho a um fazer mecânico, burocratizante, a uma prática bancária e engessada, que nega o saber do educando e seu potencial educador, pois

“Só educadoras e educadores autoritários negam a solidariedade entre o ato de educar e o ato de serem educados pelos educandos; só eles separam o ato de ensinar do de aprender, de tal modo que ensina quem se supõe sabendo e aprende quem é tido como quem nada sabe” (Freire, 2011, p.39).



REFERÊNCIAS

AMICUCCI, E. M. de M. Dimensão pedagógica no trabalho dos Assistentes sociais. *In*: MARTINS, E. B. C.; ALMEIDA, N. L. T. de (org.). **V Fórum de Serviço Social na Educação: Educação e Serviço Social no contexto de crise do capital**. Franca: UNESP – FCHS, 2019. *e-Book*

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1981. *e-Book*.

CABALUZ DUCASSE, J. F. **Entramando Pedagogías Críticas Latinoamericanas**: notas teóricas para potenciar el trabajo político-pedagógico comunitario. Santiago: Quimantú, 2015.

CABALUZ D., J. F.; OJEDA PIZARRO, R. La dialéctica de la hegemonía y el problema pedagógico como praxis político-transformadora: reflexiones desde Gramsci para América Latina. **Paulo Freire. Revista de Pedagogía Crítica**, año 10, n. 10, 2011.

DÍAZ GÓMEZ, Á. Una discreta diferenciación entre la política y lo político y su incidencia sobre la educacación en cuanto a la socialización política. **Reflexión Política**, v. 5, n. 9, 2003.

DUSSEL, E. **20 tesis de Política**. Cidade do Mexico: Siglo XXI, 2006. 176 p.

ECHEVERRÍA, B. Lo político en la política. **Theoría, Revista Del Colegio de Filosofía**, Mexico, n. 04, 1997.

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se complementam. 51. ed. São Paulo: Cortez, 2011. v. 22

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

FREIRE, P. **La Naturaliza Política de la Educación**: cultura, poder y Liberación. 1. ed. Madrid: Ediciones Paidós Ibérica. Centro de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia, 1990.

GADOTTI, M. Por qué debemos continuar leyendo a Gramsci? *In*: HILERT, F. M *et al.* **Gramsci y la educación: pedagogía de la praxis y políticas culturales en América Latina**. Buenos Aires: Centro de Publicaciones Educativas y Material Didático, 2016. p. 07-10.



GARCÍA-HUIDOBRO, J. E. **Gramsci**: educación y cultura. Sugerencias actuales para el trabajo educativo de hoy. Caracas: Editorial Laboratorio Educativo, 2018. Cuadernos de educación.

GUERRA, I; BACKX, S.; SANTOS, C. M. **A dimensão técnico-operativa no serviço social**: desafios contemporâneos. São Paulo: Cortez, 2017

GUERRA, I. Em defesa da qualidade da formação e do trabalho profissional: materialização do projeto ético-político profissional em tempos de barbárie. *In*: **Revista Conexões Geraes**. Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais. v. 3, n. 5 (2014). Belo Horizonte: CRESS 6º Região, 2014.

GIROUX, H. A. Introducción del La naturaliza política de la educación. *In*: FREIRE, P. **La Naturaleza Política de la Educación**: cultura, poder y Liberación. 1. ed. Madrid: Ediciones Paidós Ibérica. Centro de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia. 1990.

GRAMSCI, A. **La alternativa pedagógica**. México: Ediciones Coyoacán, 2007.

GRAMSCI, A. Os intelectuais e a educação. *In*: COUTINHO, C. N. **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social na cena contemporânea. *In*: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

NETTO, J. P.; BRANT DE CARVALHO M. C. **Cotidiano**: Conhecimento e Critica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. São Paulo SP: Cortez, 2009. 257 p. (Biblioteca básica de serviço social, 1).

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 116-128, jan./jul. 2012.

Vasco Uribe, C. E.; MARTÍNEZ BOOM, A.; VASCO MONTOYA, E. Educación, pedagogía y didáctica: una perspectiva epistemológica. *In*: MONTOYA, E.; BENITEZ JARAMILLO, A. R. B. **Educación, pedagogía y didáctica**: una perspectiva epistemológica. [S. l.: s. n.], 2016.



TONET, I. **Atividades Educativas Emancipadoras**. Maceió: [s. n.], 2013.

TONET, I. **Educação Contra O Capital**. 2. ed. rev. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

TORRES CARRILLO, A. **Educación popular y movimientos sociales en América Latina**. 1. ed. Buenos Aires: Biblos, 2016.

TORRES, H. A. H.; TORRES, D. A. T.; MARTÍNEZ, R. C. Lo político y la política: Desdoblamiento del poder político en la Política de la Liberación de Enrique Dussel. **Revista Economía y sociedad**, México, v. XX, n. 35, p. 171-185, 2016.

SAVIANI, D. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, 2015.

SAVIANI, D. **Onze teses sobre educação e política**. In: SAVIANI, D. Escola e democracia. 21. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1989. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

VIVERO ARRIAGADA, L. A. **Antonio Gramsci**: conceptos fundamentales para una práctica sociopolítica del Trabajo Social Gramsci y la filosofía de la praxis. 1. ed. Buenos Aires: CLACSO; Temuco: Ediciones Universidad Católica de Temuco, 2023. *e-Book*.

ZULUAGA, O. L. *et al.* Educación y Pedagogía: una diferencia necesaria. **Educación y Cultura, Revista del Centro de Estudios e Investigaciones Docentes de la Federación Colombiana de Educadores**, Bogotá, marzo 1988.

YAZBEK, M. C. O Significado sócio-histórico da profissão. In: **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.



NOTAS BIBLIOGRÁFICAS DE AUTORES E AUTORAS

1 Adriana Freire Pereira Férriz - Doutora em Sociologia, professora de Serviço Social na UFBA. Pesquisa democracia, controle social, políticas de educação e Serviço Social na educação. E-mail: adriana.ferriz@ufba.br

2 Eliana Canteiro Bolorino Martins - Pós-Doutora em Serviço Social pela UERJ (2019), doutora pela PUC/SP (2007) e mestre pela UNESP (2001). Docente na UNESP/SP e bolsista de produtividade CNPq. Lidera o GEPESS e pesquisa política de educação e atuação do assistente social na educação e área sociojurídica. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

3 Wagner Roberto do Amaral - Graduado em Serviço Social, mestre e doutor em Educação, com pós-doutorados em Estudos Interculturais (México) e Educação Superior para Povos Indígenas (Argentina). Professor na Universidade Estadual de Londrina e ex-diretor de Diversidade na Secretaria de Educação do Paraná (2004-2010). Atua na coordenação nacional para implementar a Lei 13.935/2019 pela ABEPSS. Graduado em Serviço Social, Mestre e Doutor em Educação, Pós-doutorado em Estudos Interculturais pela Universidad Veracruzana/México e Pós-doutorado em Educação Superior para Povos Indígenas na América Latina pela Universidad Nacional Tres Febrero/Argentina. Professor do Departamento de Serviço Social do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social da Universidade Estadual de Londrina. Atuou como Diretor do Departamento da Diversidade na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (2004-2010). Membro da Coordenação Nacional pela Implementação da Lei 13.935/2019 – Assistentes Sociais e Psicólogos/os na educação básica representando a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

4 Eblin Farage - Assistente social formada pela UFF, mestre e doutora em Serviço Social pela UFRJ e UERJ. Professora associada e coordenadora do NEPFE na UFF. Trabalhou na Maré, onde ajudou a fundar a Redes da Maré, e pesquisa temas urbanos, favelas, educação popular e movimentos sociais. Assistente Social formada pela UFF, Mestre e Doutora em Serviço Social, pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ e da UERJ, respectivamente. Atualmente é professora associada da Escola de Serviço Social da UFF e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da UFF (PPGSSDR). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Favelas e Espaços Populares (NEPFE). Trabalhou na Maré por mais de dez anos, onde contribuiu com a fundação da Redes da Maré. Atualmente desenvolve pesquisas e projetos de extensão no campo da questão urbana, com ênfase em favelas e na Maré, educação popular, movimentos sociais e educação superior pública. E-mail: farage.eblin@gmail.com

5 Carlos Felipe Nunes Moreira - Faculdade de Serviço Social da UERJ. Doutor em Serviço Social. Graduando em Pedagogia. E-mail: felipe_pito@yahoo.com.br

6 Amor António Monteiro - Doutor e mestre em Serviço Social pela PUC-SP, diretor e professor na Universidade Católica de Angola e pesquisador no CNPq. Atua em saúde pública, auditoria e assistência social. Autor de dois livros e consultor em desenvolvimento comunitário.



7 Simão João Samba - Graduado em Serviço Social, com mestrado e doutorado pela PUC-SP e especialização em Agregação Pedagógica pela Universidade Católica de Angola. Professor e pesquisador na área de Serviço Social, atua em temas como exclusão social, desigualdade, juventude e trabalho informal.

8 Eliana Grisel Vasquez - Directora de Psicología Comunitaria y Pedagogía Social na Dirección General de Cultura y Educación de la Provincia de Buenos Aires. Professora adjunta em Política e Instituciones Educativas na Universidade Nacional de La Plata e em Teoria da Intervenção I na Universidade Nacional Arturo Jauretche. E-mail: elianagricelv@yahoo.com.ar

9 Rafael Gonçalves dos Santos - Assistente social, bacharel e mestre em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Campus de Franca/SP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas na Infância e Adolescência (GEPPA). Assistente Social. Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual. ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-3096-7223>. E-mail: rafael.goncalves@unesp.br.

10 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente social, doutora em Serviço Social pela PUC/SP e Pós-Doutora pela UERJ. Docente na UNESP (Campus de Franca/SP) e bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq (nível 2). Coordenadora do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. Assistente Social. ORCID: orcid.org/0000-0002-7796-8437. E-mail: elianacanteiro@terra.com.br.

11 Yukari Yamauchi Moraes - Bacharel em Serviço Social e discente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNESP (Campus de Franca/SP), sob orientação da Prof.^a Dr.^a Eliana Bolorino Canteiro Martins. Membro do GEPESSE, com linha de pesquisa em Estado, Políticas Sociais e Serviço Social. ORCID: 0000-0001-8730-7053 E-mail: yukari.yamauchi@unesp.br

12 Paula Cunha Guimarães Batatel Belmonte Santana - Assistente social, graduada pela UERJ, com especializações em Projetos Sociais e Saúde do Idoso. Mestre em Serviço Social pela PUC-SP. Coordenadora de equipe multiprofissional em educação profissional e membro de grupo de estudos sobre Serviço Social na Educação. ORCID: 0009-0003-5716-0187. E-mail: paulacunhag@hotmail.com

13 Williana Angelo - Assistente social no Instituto Federal de São Paulo – IFSP, doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -PUC/SP, ORCID: 0000-0001-6708-6628. E-mail: williangel@gmail.com

14 Fernanda Andrade Garcia - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Unesp/Franca - SP. Integrante do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0003-2023-1167. E-mail: fernanda.garcia@unesp.br

15 Gustavo José de Toledo Pedroso - Professor da Unesp/Campus de Franca, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, SP. Doutor em Filosofia pela USP e Pós-Doutorado em Filosofia pela USP. Coordenador do grupo de pesquisa FIAPO/UNESP-Franca. ORCID: 0000-0001-6555-0175. E-mail: gustavo.pedroso@unesp.br



16 Edgar Antônio Nery Alves Camelo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Goiás. Pós-Graduado, Lato Sensu em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás, (UEG). Mestrado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, (PPGS/UFG). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa de Aprofundamento Marxista, NEAM. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Movimentos Sociais NEMOS. ORCID 0009-0009-6744-8583. E-mail: edgarnery@gmail.com

17 George Francisco Ceolin - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pelo Centro Universitário de Lins. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto e Coordenador do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Goiás. Membro do Grupo de estudos Motyró - Trabalho, Questão Social e Direitos Humanos na Periferia do Capitalismo, da Universidade Federal de Goiás, e do Núcleo de Estudos e Pesquisas Fundamentos do Serviço Social na Contemporaneidade (NEFSSC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro. ORCID 0009-0000-66171847. E-mail: georgeceolin@ufg.br.

18 Tereza Cristina Pires Favaro - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Doutorado em História pela Universidade Federal de Goiás. Professora Adjunto da Universidade Federal de Goiás. ORCID: 0000-0003-4265-9965. E-mail: favaro@ufg.com

19 Aline Miranda Cardoso - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Mestrado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social do Instituto Federal do Rio de Janeiro. Membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0009-00012837-0041. E-mail: aline.cardoso@ifrj.edu.br.

20 Arlene Vieira Trindade - Assistente social, graduada e mestre em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense. Doutoranda em Serviço Social pela UERJ. Atua no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca e é membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-4021-2783. E-mail: arlenetrindade@yahoo.com.br.

21 Jéssica Oliveira Monteiro - Assistente social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Campus Rio das Ostras. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Assistente social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar) - o Serviço Social na Assistência Estudantil. ORCID: 0000-0002-5993-9253 E-mail: jessicaoliveiramont@gmail.com.



22 Patricia Lima do Nascimento - Assistente social, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense e mestre pela UERJ. Doutoranda em Serviço Social na UERJ e atua na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membro do Núcleo de Mapeamento e Articulação em Ruptura (Numar). ORCID: 0000-0002-6024-8302. E-mail: patilimaseso@gmail.com.

23 Elaine Cristina Estevam - Psicóloga Social. Graduação em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista. Mestranda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Psicóloga da Prefeitura de Franca. Membro do grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-0426-6485. E-mail: elaine.estevam@unesp.br

24 Maria José de Oliveira Lima - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Docente do Departamento de Serviço Social - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual Paulista. Líder do Grupo de estudos GESTA. ORCID: 0000-0002-2561-8929. E-mail: maria.jose-oliveira-lima@unesp.br

25 Eduardo Lima - Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Pós-Graduando em Serviço Social na Educação. Membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Ética, Educação e Política - GEEP e do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidades. ORCID: 0000-0002-6356-5100. E-mail: elima2929@gmail.com

26 Maria Fernanda Avila Coffi - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Pampa. Membro do grupo de pesquisa Educação, Direitos Humanos e Interseccionalidade. ORCID: 0000-0002-6708-3459. E-mail: mfernandacoffi@gmail.com

27 Ewerton da Silva Ferreira - Licenciado em Ciências Humanas e mestre em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Pampa. Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina. Membro do NEJUC - Núcleo de Estudos da Educação e Juventude Contemporânea ORCID: 0000-0001-7588-0338. E-mail: ewertonferreira266@gmail.com

28 Por: Amanda Bersacula - Assistente social, graduada pela UniRedentor, com mestrado em Ensino pela UFF e doutoranda em Educação na mesma instituição. Atua no Instituto Federal Fluminense (IFF) e é membro do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural. NUTHIC. ORCID: 0000-0002-7107-7756. E-mail: amanda.bersacula78@gmail.com

29 Zoia Prestes - Pedagoga com graduação e mestrado em Ciências Pedagógicas pela Universidade Estadual de Pedagogia de Moscou (MGPU). Doutora em Educação pela UnB. Professora na Faculdade de Educação da UFF, atuando nas licenciaturas e no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu/UFF). Coordenadora do Núcleo de Tradução, Estudos e Interpretação das Obras da Teoria Histórico-Cultural (NUTHIC). ORCID: 0000-0002-1347-3195. E-mail: zoiaprestes@id.uff.br



30 Maria Gabriela Pereira da Silva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Londrina -UEL, especialista no atendimento à criança e ao adolescente vítima de violência. Mestrado em Serviço Social pela UEL. Assistente Social do Hospital Universitário de Londrina. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-1770-7498>. E-mail: maria.gabrielaa@uel.br.

31 Ana Patrícia Pires Nalesso - Assistente social, especialista em saúde pública, mestre pela PUC-SP e doutora pela UEL. Coordenadora de pesquisa sobre desigualdade social em Londrina e do projeto de extensão “Recriar”. Professora no Departamento de Serviço Social da UEL. Orcid [tps://orcid.org/0000-0002-2903-738X](https://orcid.org/0000-0002-2903-738X) , E-mail apatriciapn@uel.br.

32 Cristiano Costa de Carvalho - Assistente social, graduado em Serviço Social pela PUC Minas. Mestrado em Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Local. Doutorando em Serviço Social pela FCHS/UNESP e bolsista CAPES. Professor no IEC/PUC Minas. Membro do GEPESS e do QUAVISSS. E-mail: cristiano.c.carvalho@unesp.br

33 Eliana Bolorino Canteiro Martins - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru. Mestrado em Serviço Social pela UNESP/Campus de Franca. Doutorado em Serviço Social pela PUC/SP. PósDoutorado em Serviço Social pela UERJ. Livre Docência pela UNESP/Campus de Franca. Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social UNESP/Franca. Bolsista de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq - Nível 2. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESS). E-mail: elianacanteiro@terra.com.br

34 Eunice Paulo Chichava - Licenciada em Planificação e Administração de Gestão de Educação pela Universidade Pedagógica da Cidade de Maputo, Moçambique. Gestora de recursos humanos desde 2011 no Governo do Distrito de Boane. Mestranda em Planejamento e Análise de Políticas Públicas pela UNESP - Campus de Franca. E-mail: e.chichava@unesp.br

35 Juliana Viegas Guimarães - Assistente Social. Graduação em Serviço Social e especialista em Instrumentalidade e Técnicas-Operativas em Serviço Social, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. E-mail: juviegasg@gmail.com

36 André Monteiro Moraes - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Doutorando em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Proteção Social (GETRAPS - UEPB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESS - UFBA/UNESP/UERJ). Membro do Grupos de Estudos O círculo de Bakhtin em diálogo (cadastrado no DGP/CNPq/UEPB). Membro do Grupo de Pesquisa A Reforma do Ensino Médio (Lei no 13.415/2017): implicações para as redes estaduais e institutos federais da Região Nordeste (IFRN). Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID: <https://orcid.org/0000-00033425-0457>. E-mail: andre.monteiro063@gmail.com



37 Edna Medeiros do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba. Assistente Social da Pró-Reitoria Estudantil, da Universidade Estadual da Paraíba. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional do CRESS/Campina Grande/PB, ORCID <https://orcid.org/0009-0009-8510-9008>. E-mail: ednamedeirosnascimento@gmail.com .

38 Kivania Karla Silva Albuquerque Cunha - Assistente Social graduada pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, com Especialização em Políticas Públicas e Assistência Social pela Fundação Universitária de Apoio ao Ensino, à Pesquisa e à Extensão – FURNE. Mestrado em Serviço Social pelo programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UEPB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação (GEPESSE), vinculado à UNESP de Franca/SP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGED/CH-UFCG/CNPQ). Membro da Subcomissão de Educação do CRESS/Seccional de Campina Grande-PB. Assistente Social da rede pública de educação básica do município de Areal-PB. ORCID <https://orcid.org/0000-0002-0426-827X> E-mail: kivianias@gmail.com

39 Maria Dolores Melo do Nascimento - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PMCG). Atualmente, integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Básica (PPGed/CH-UFCG/CNPQ). ORCID:0009-0008-9948-0759. E-mail:maria.dolores@estudante.ufcg.edu.br

40 Maria Noalda Ramalho - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutorado em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Assistente Social da Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB), com exercício na Política de Educação. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação (GEPESSE), vinculado aos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Unesp, UERJ e UFBA. Membro da Subcomissão de Educação da Seccional Campina Grande do CRESS 13 Região/Paraíba. ORCID <https://orcid.org/0009-0004-8699-9624> . E-mail: noaldaramalho@hotmail.com.

41 Flávia Pacheco Sanchez - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). ORCID: 00090008-6707-7930. E-mail: flavia.pacheco@unesp.br

42 Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrado em Ciências Médicas pela Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP) e Doutorado em Serviço Social pela UNESP. Pós Doutorado na Universidad Pablo de Olavide - Espanha. Docente do departamento de Serviço Social da UNESP/Franca. Líder do GEPAPOS (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais). ORCID: 0000-0002-0691-7528. E-mail: andreia.liporoni@unesp.br



43 Ariane Rego Paiva - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Mestrado e Doutorado em Política Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Docente do departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq Estado, Sociedade, Políticas e Direitos Sociais - GESPD/PUC-Rio. ORCID: 0000-0002-5827-6355. E-mail: arianepaiva@puc-rio.br

44 Ana Laura Batista Marques - Graduanda em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista. Membro do Núcleo de Estudos da Tutela Penal e Educação em Direitos Humanos (NETPDH). ORCID: 0009-0006-6290-7435. Email: ana.b.marques@unesp.br.

45 Maria Yumi Buzinelli Inaba - Graduanda em Direito pela Universidade Estadual Paulista. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Propriedade Intelectual e Desenvolvimento Econômico-Social (GEPPIDES), do Grupo de Pesquisa em Direito e Mudança Social (DeMuS) e do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas “Elza Andrade de Oliveira” (Nepps). ORCID: 0009-0006-8818-1206. E-mail: maria-yumi.inaba@unesp.br.

46 Fábila Halana Fonseca Rodrigues Pita - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa - PB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais - GEPE-DUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0003-4776-6241. E-mail: fabialhalana@hotmail.com

47 Maria Francisca Máximo Dantas - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Assistente Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG/ Campus Cuité-PB). Membro do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) do CES/UFCG. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS – UFPB. ORCID: 0000-0003-3489-8034. E-mail: mariamaximodantas@yahoo.com.br .

48 Thélia Priscilla Paiva de Azevedo - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. Assistente Social da Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais – GEPEDUPSS - UFPB. ORCID: 0000-0002-2546-8828. E-mail: theliapaiva@gmail.com.

49 Ney Luiz Teixeira de Almeida - Professor Associado da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Graduado em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1986), Mestre em Educação pela Universidade Federal Fluminense (1996) e Doutor em Educação pela Universidade Federal Fluminense (2010). Tem experiência nas áreas de Educação e de Serviço Social. Atua principalmente em atividades de ensino de graduação e pósgraduação, pesquisa, extensão universitária e assessoria vinculadas ao trabalho no âmbito das políticas públicas, particularmente, na política educacional. Membro do corpo de professores permanentes do Programa de PósGraduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ e membro do corpo de professores colaboradores do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da (PPFH) da UERJ. Vice-líder do Diretório Grupo de Pesquisa “Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social na área de Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0003-2865-7330. Email: neylta@hotmail.com



50 Natália Ibiapino Proença - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0000-0001-7732-4773. Email: nataliaibproenca@gmail.com

51 Edilene Rodrigues de Santana Silva - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, extensionista e estagiária do NSEPP membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0004-2384-9899. Email: edilener1@gmail.com

52 Brenda do Nascimento Gama - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e bolsista do Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEPP-UERJ) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0006-9949-0127 Email: brenda.gama@yahoo.com

53 Yasmin Oliveira Burgos - Graduanda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, bolsista e estagiária do projeto de extensão Núcleo de Sistematização de Experiências do campo de Políticas Públicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NSEP-UERJ) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Serviço Social na área da Educação (GEPESSE). ORCID: 0009-0007-8245-9569. Email: yasmin.burgos.03@gmail.com

54 Adeildo Vila Nova - Assistente social no Tribunal de Justiça de São Paulo, doutorando em Serviço Social pela PUC-SP e mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela UNIFESP. Pesquisador nos núcleos de Identidades, Aprofundamento Marxista e Crianças e Adolescentes da PUC-SP, além de Diretor-Primeiro Secretário na AASPTJ-SP. ORCID: 0000-0001-8014-1804. E-Mail: adeildovilanova@yahoo.com.br

55 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestrado em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Assistente Social na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Membro do grupo de estudos Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social. ORCID: 0009-0008-1068-1766. E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br.

56 Marize Rauber Engelbrecht - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Doutorado e Pós-Doutorado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Membro do grupo de pesquisa Fundamentos do Serviço Social: Trabalho e Questão Social e do Grupo de Estudo e Pesquisa e Políticas Ambientais e Sustentabilidade/ GEPPAS. ORCID: 0000-0002-7657-0662. E-mail: omarize@hotmail.com.



57 Vantuir Trevisol - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Mestrando do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – PPGSS da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. ORCID: 0009-0009-4715-4705. E-mail: vantuirtrevisol@hotmail.com.

58 Yara Dias Fernandes - Assistente Social formada pelo Centro Universitário do Sul de Minas Gerais (UNIS/MG) e mestre em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Atualmente, atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS-Campus Machado) e é membro do Núcleo de Estudos em Educação, Gênero e Sexualidade do mesmo campus. ORCID: 0000-0003-2996-7074. E-mail: yara.dfernandes@gmail.com.

59 Lilian Aparecida Carneiro Oliveira - Pedagoga no IF Sudeste MG Campus Rio Pomba. Doutoranda em Economia Doméstica na Universidade Federal de Viçosa (UFV). ORCID: 0000-0002-1543-7964. E-mail: lilian.carneiro@ifsudestemg.edu.br.

60 Lilian Perdigão Caixêta Reis - Professor Associado I da Universidade Federal de Viçosa, no Departamento de Educação. Pós-Doutorado pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). ORCID: 0000-0001-6827-871X. E-mail: lilian.perdigao@ufv.br.

61 Emmanuella Aparecida Miranda - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela FAMINAS e Pedagogia pela UNIRIO. Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Viçosa. Doutoranda em Economia Doméstica pela UFV. Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais Campus Muriaé. Membro do grupo de estudos Trabalho, sociabilidade e gênero da Universidade Federal de Viçosa. ORCID: 0000-0002-5562-8159. E-mail: emmanuella.miranda@ufv.br

62 Débora Spotorno Moreira Machado Ferreira - Doutoranda em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ. Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (2011). Recebe Bolsa de Incentivo à Qualificação do Instituto Federal Fluminense - Campus Macaé, instituição onde atua como assistente social desde 2014. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Serviço Social na Educação (GEPESSE) e do Grupo de Estudos Gramsci e Educação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9902-4683> Email: deboraspotorno@gmail.com

63 Nívia Barreto dos Anjos - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UCSAL. Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania pela UCSAL. Doutoranda em Serviço Social no Instituto Universitário de Lisboa. Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Ensino e no Programa Integral da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) pelo CEFET-BA. Assistente Social do IF Baiano Campus Santa Inês. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na Educação – GEPESSE. ORCID: <https://orcid.org/00000002-4225-9868>. E-mail: nivia.barreto@ifbaiano.edu.br

64 Mariana Mendes Novais de Oliveira - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela UFBA. Especialista em Práticas do Serviço Social nas Políticas Públicas pela UNIFACS., Assistente Social do IF Baiano – Campus Valença. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2939-4480>. E-mail: mariana.oliveira@ifbaiano.edu.br



65 Tatiana Pereira Sodré - Graduada e doutora em Psicologia, com MBA em Gestão de Recursos Humanos e especializações em EAD e Psicoterapia. Professora no Instituto Federal de Roraima, possui ampla experiência em psicologia organizacional, atuando em docência, consultoria e projetos de avaliação de políticas públicas.

66 Alexandra de Oliveira Rodrigues Marçulo - Mestre em Educação pela UFRRJ, especialista em Psicologia Hospitalar e graduada em Psicologia. Psicóloga no IFRR, atua em Psicologia do Trabalho e Organizacional, focando em qualidade de vida, saúde do servidor e psicologia positiva. Possui experiência em Psicologia Escolar e Educacional.

67 Wilma Moraes - Graduada em Serviço Social pela UFRJ e mestre em Educação pela UFRJ. Assistente social no Instituto Federal Fluminense, com experiência em educação e saúde pública, focando em saúde do trabalhador, assistência estudantil e prevenção nas escolas.

68 Lígia da Nóbrega Fernandes - Graduação em Serviço Social pela UERN, Mestrado em Serviço Social pela UFRN e Doutora em Serviço Social pela (UNESP/Franca). Atualmente, é docente do Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Roraima-UEER, Assistente Social no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima-IFRR (Campus Boa Vista) e compõe o GEPESSE (UNESP/Franca). ORCID: 0009-0004-7941-1132. E-mail: ligiadanobrega@gmail.com

69 Vanilda Soares Santos - Mestranda em Serviço Social (UNIFESP) Brasileira, Graduada em Serviço Social (UNISAL), atuando nas políticas de ações afirmativas na UNICAMP. E-mail: vani@sae.unicamp.br

70 Cibele Papa Palmeira - Coordenadora do Serviço Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) da Unicamp. Graduada em Serviço Social pela PUC Campinas-SP (1998). Pós graduada em Serviço Social em Pediatria (Unicamp - 1999). E-mail: cibelep@unicamp.br

71 Vanessa Tank Piccirillo Komesu - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: vanessptk@unicamp.br

72 Franciana Nogueira Correa - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: francinc@unicamp.br

73 Sônia Maria Pereira - Assistente Social do Serviço de Apoio ao Estudante (SAE) Unicamp - E-mail: somape@unicamp.br

74 Joelma Mendes dos Santos - Universidade Federal da Bahia (UFBA), mestre em Serviço Social (PPGSS/UFBA), e-mail: joelmams@hotmail.com.

75 Célia Maria Grandini Albiero - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Instituição Toledo de Ensino de Bauru/SP (ITE/SP). Mestrado e Doutorado em Serviço Social (PUC/SP). Docente em Serviço Social (UFT/TO). Líder e Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GEPES-SFEP). Em estágio Pós-Doutoral no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0002-9036-7134. E-mail: celialbiero@uft.edu.br.



76 Maísa Miralva da Silva - Assistente Social. Graduação pela PUC Goiás em Serviço Social (PUC-Goiás). Mestrado e Doutorado em Política Social pela UnB. Docente em Serviço Social (PUC-Goiás) e atualmente Pró-Reitora de Assuntos Estudantis (UFG). Supervisora Adjunta do Pós-Doutorado no PPGIDH (UFG). ORCID: 0000-0003-2852-5362. E-mail: maisa@ufg.br.

77 Ricardo Barbosa de Lima - Cientista Social. Licenciatura em Ciências Sociais (UFG). Bacharelado em Ciências Sociais (UFG). Mestrado em Sociologia (UnB). Doutorado em Desenvolvimento Sustentável (UnB), com período sanduíche na UNAM, México. Docente e Supervisor do Pós-Doutorado do PPGIDH/NDH (UFG). ORCID: 0000-0002-0819-620X. Email: ricardobl@ufg.br.

78 Ivanice de Oliveira Candido Neres - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - Setor Palotina-PR. ORCID: 0001-9159-550X. E-mail: ivanice_candido@hotmail.com

79 Jaqueline Budny - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Mestranda no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Serviço social na UNIOESTE. Assistente Social na Universidade Federal do Paraná - *campus* Toledo-PR. ORCID: 0009-0000-4959-6480. E-mail: jaquelinebudny@yahoo.com.br.

80 Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago - Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UNIOESTE - *campus* Toledo-PR. ORCID: 0009-0008-1068-1766 E-mail: cleonilda.dallago@unioeste.br

81 Merielle Martins Alves - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Unimontes. Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0004-34439246. E-mail: merielle.martins@ufu.br

82 Clara Rodrigues da Cunha Oliveira Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social Universidade Cândido Mendes. Assistente Social da Universidade Federal de Uberlândia-UFU. ORCID: 0009-0002-2809-4726. E-mail: claracunha@ufu.br

83 Fernanda Rodrigues Arrais - Assistente Social. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Doutoranda do Programa de Estudos PósGraduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense. Assistente Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Serviço Social na área da Educação. ORCID: 0009-0003-5142-0152. E-mail: ferodrigues0505@gmail.com



ÍNDICE REMISSIVO

1. Assistência Estudantil

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602

2. CFESS (Conselho Federal de Serviço Social)

19, 24, 25, 34, 44, 47, 56, 61, 62, 69, 91, 93, 117, 137, 141, 143, 154, 224, 241, 282, 292, 293, 308, 309, 508, 509, 536, 549, 568, 595

3. CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico)

24, 25, 219, 300

4. COVID-19

15, 43, 204, 208, 213, 232, 236, 264, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 276, 277, 283, 285, 286, 288, 293, 309, 349, 382, 460, 470, 478, 481, 482, 483, 486, 487, 493, 502, 523, 572

5. Direitos Humanos

62, 117, 121, 124, 127, 193, 195, 199, 249, 250, 266, 285, 317, 321, 322, 323, 324, 343, 364, 460, 461, 463, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471, 473, 545, 546, 547, 548, 549, 550, 551, 552, 554, 555, 556, 557, 558

6. Direitos Sociais

15, 28, 116, 117, 118, 119, 122, 126, 143, 145, 221, 222, 225, 226, 227, 242, 243, 282, 300, 304, 311, 334, 336, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 373, 401, 419, 442, 501, 534, 548, 549, 555, 565, 569

7. ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)

29, 44, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 249, 251, 261, 301, 349, 428, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 452, 469, 471, 507, 508, 509, 518, 519, 521, 525, 528, 529, 530, 531, 532, 533, 534, 535, 536, 538, 539, 540, 541, 544, 545, 546, 547, 548, 552, 553, 554, 555, 556, 557, 566, 568, 569, 570, 571, 573, 574, 578, 579, 580, 581, 582, 583, 584, 586, 587, 588, 589, 590, 596, 601, 602



8. Educação Básica
43, 44, 45, 47, 48, 49, 54, 56, 124, 125, 144, 211, 218, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 233, 235, 238, 239, 241, 242, 243, 249, 251, 261, 269, 276, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 288, 291, 292, 293, 298, 299, 300, 301, 304, 307, 308, 309, 310, 312, 336, 355, 357, 358, 400, 415, 417, 418, 419, 421, 422, 429, 431, 434, 442, 503, 515, 588, 601
9. Educação Inclusiva
68, 348, 349, 350, 352, 353, 354, 355, 357, 358
10. Educação Popular
14, 15, 16, 59, 42, 51, 52, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 74, 84, 85, 117, 193, 249, 347, 365, 475, 476, 608, 613
11. EJA (Educação de Jovens e Adultos)
48, 75, 222, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 344, 423, 431
12. Ensino Fundamental
30, 49, 233, 310, 326, 334, 337, 341, 349, 431, 550
13. Ensino Médio
29, 49, 88, 221, 222, 223, 233, 235, 236, 251, 326, 337, 341, 354, 356, 358, 401, 414, 415, 417, 419, 421, 421, 422, 423, 429, 438, 469, 504, 518, 519, 252, 540, 565, 586, 596, 597, 598
14. Equipes Multiprofissionais
35, 44, 50, 54, 125
15. Ética Profissional
125, 540
16. Evasão Escolar
28, 35, 89, 93, 242, 269, 276, 285, 286, 288, 296, 327, 339, 603
17. Experiências Profissionais
14, 24, 50, 365, 370, 532, 547
18. Formação Continuada
52, 53, 55, 56, 124, 125
19. GEPESSE (Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Serviço Social na Educação)
14, 15, 18, 19, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 32, 33, 36, 38, 39, 42, 43, 47, 52, 60, 75, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 300
20. Gestão Democrática
30, 34, 54, 69, 230, 549, 551, 552, 556
21. Indicadores Sociais
265, 266, 267, 277, 384, 578, 579, 584, 585, 586, 589
22. Interdisciplinaridade
304, 305
23. Intersetorialidade
367
24. Lei de Diretrizes e Bases da Educação
46, 221, 225, 350, 418, 518, 552
25. Modalidades de Ensino
20, 25, 125, 239, 244, 356, 437, 468



26. Movimentos Sociais

14, 16, 24, 62, 65, 69, 70, 114, 116,
122, 124, 126, 140, 187, 193, 196,
221, 222, 223, 225, 228, 249, 315,
364, 365, 366, 367, 388, 394, 398,
399, 400, 404, 405, 406, 450, 520,
550, 571, 580, 597

27. Pesquisa e Extensão

76, 203, 204, 205, 212, 310, 351,
430, 431, 452, 566, 572, 580, 581

28. Política de Educação Pública

299

29. Políticas Públicas

28, 33, 60, 62, 63, 65, 106, 113, 120,
122, 124, 126, 127, 141, 153, 186,
212, 218, 223, 225, 226, 232, 233,
236, 238, 241, 242, 250, 251, 252,
259, 265, 266, 267, 270, 277, 281,
282, 286, 325, 328, 329, 340, 342,
344, 362, 363, 364, 365, 366, 367,
368, 369, 371, 372, 384, 386, 394,
403, 405, 421, 424, 434, 435, 436,
438, 442, 445, 446, 447, 448, 449,
450, 517, 547, 584, 585

30. Práticas Educativas

53, 77, 144, 310, 399

31. Processo de Trabalho

27, 154, 249, 250, 251, 252, 301,
311, 367, 395, 454, 500, 522, 529,
531, 532, 536, 538, 589

32. Qualidade da Educação

34, 353, 418, 553

33. Relações Étnico-Raciais

10, 378, 379, 380, 381, 388

34. Trabalho Pedagógico

416

35. Vulnerabilidade Social

35, 171, 181, 238, 339, 350, 517, 519,
530, 531, 565, 570, 584, 587

Esperançar!! Os desafios, as perspectivas e possibilidades deste verbo se revelam nesta obra, resultado de muitas mãos que tecem a reafirmação de que é possível provocar transformações nesta sociedade em que vivemos.

Este e-book é um dos resultados, uma síntese, do que vivenciamos no III Seminário Internacional de Serviço Social na Educação, realizado na cidade de Franca/SP, nos dias de 07 a 09 de dezembro de 2024. De fato, uma pequena, mas profunda síntese, pois revela alguns dos temas discutidos na terceira edição de um evento que já compõe a agenda do Serviço Social brasileiro.

Esta obra revela, desta forma, as marcas de um caminho que foi sendo aberto e trilhado de forma coletiva e participativa pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social da Educação (GEPESSSE) criado oficialmente no ano de 2010 mas com ações que já vinham se constituindo há mais tempo por suas e seus idealizadoras/es. Assim tem sido o percurso do GEPESSSE, um dos mais importantes coletivos sobre Serviço Social na Educação no Brasil e que, na sua trajetória, assume a tarefa de mobilizar, convidar, provocar e refletir de forma polifônica e dialógica com as/os estudantes, profissionais, gestoras/es e pesquisadoras/es de diferentes áreas do conhecimento.

Como nos inspira Paulo Freire, esperar não é simplesmente esperar, mas sim, levantar-se e juntar-se com as/os outras/os para fazer de outro modo! Este nosso e-book representa esse modo de pensar a educação e o Serviço Social como possibilidades de formação crítica, emancipatória, reflexiva e propositiva, dialogando entre diferentes experiências profissionais, entre diferentes áreas do conhecimento, entre diferentes realidades brasileiras e internacionais.

Embaladas/os e inspiradas/os pelas reflexões e experiências da educação popular, avançamos nos desafios e nas possibilidades de pensar e fazer Serviço Social na e da educação, projetando nossa participação nos processos de democratização da educação pública, laica, gratuita, intercultural, de qualidade e socialmente referencializada. Do chão das escolas públicas, dos Institutos Federais, das Universidades, das salas de aula e dos espaços de gestão, fomos somando e refletindo nossas experiências gerando um movimento que segue provocando mudanças históricas na nossa categoria profissional e nas políticas educacionais brasileiras.

Desejo que a leitura desta obra provoque nas leitoras e leitores a inspiração e a coragem necessárias para fazer da educação uma ferramenta de transformação na luta anticapitalista, antirracista, antifascista dentre outras frentes que nos provocam juntas/os a pensar num outro mundo possível!

Prof. Dr. Wagner Roberto do Amaral
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Este livro que nos chega às mãos é a pura expressão do compromisso, determinação, entusiasmo e vitalidade coletiva das e dos assistentes sociais com a Educação no Brasil e países afins.

Ele nos alcança em um momento fundamental, visto a Lei 13935/2019. Contudo, importa destacar a magnitude metodológica do processo que o constituiu. Estamos diante de uma laboração única advinda de uma pesquisa robusta e de um processo de debates e produção acadêmica que envolveu sujeitos históricos, entidades de representação da categoria e instituições de ensino. Um trabalho como este, que certamente não se encerra neste livro, potencializa a luta, o trabalho e eleva a estima de uma categoria que no cotidiano intervém na dura realidade presente nas manifestações da Questão Social.

Após a leitura temos a certeza de que o Serviço Social está preparado para o trabalho multiprofissional na Educação. Somos uma rede espraiada pelo país, sustentada por referenciais teórico-metodológico e ético-políticos sólidos e críticos e que se vale do legado da geração de 1965 que orientou o fazer político pedagógico da profissão sob o horizonte da emancipação humana. Sigamos agradecidos às e aos “compas” do GEPESSSE que nos ensinam que esperar é preciso!

Profa. Dra. Kênia Augusta Figueiredo
Departamento de Serviço Social/SER/UnB
Programa de Pós-Graduação em
Políticas Sociais SER/ICH/UnB



GEPESSSE
Grupo de Estudos e Pesquisas sobre
Serviço Social na área da Educação



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

